



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de TUPACIGUARA / Vara Única da Comarca de Tupaciguara

PROCESSO Nº: 5000730-03.2021.8.13.0696

CLASSE: [CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

ASSUNTO: [Administração judicial]

AUTOR: ARAPORA BIOENERGIA S/A e outros (3)

Vistos etc,

Trata-se de **Pedido de Recuperação Judicial** manejado pelas Requerentes, aduzindo enfrentarem crise econômico-financeira e operacional, em razão da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19) e seus reflexos, em especial, a variação cambial do dólar norte-americano, bem como diante de fatores climáticos que afetam o setor de açúcar e álcool da região, tudo conforme narrado na exordial.

As Requerentes afirmam, ainda, que “a recuperação ora pretendida é plenamente possível e recomendável, pois atende aos objetivos da LRF, precisamente o quanto previsto no artigo 47, no sentido de possibilitar ao Grupo Araporã ‘a superação da situação de crise econômico-financeira (...) a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica’, sendo de rigor o seu deferimento pelo d. Juízo” - item 43 da exordial.

Por fim, pugnam pelo deferimento do processamento do presente pedido de recuperação judicial a fim de permitir a negociação com seus credores e as condições para seu reerguimento.

É o relatório. Decido.



De início, verifica-se que as Requerentes exercem regularmente as suas atividades, bem como que os documentos juntados aos autos comprovam que preenchem os requisitos legais para requerimento da recuperação judicial, conforme art. 48 da Lei nº 11.101/05. A petição inicial foi instruída, nos termos do art. 51 da Lei nº 11.101/05, e o pedido preenche os requisitos legais (artigos 47, 48 e 51 da Lei 11.101/2005).

O litisconsórcio ativo também preenche os requisitos legais, tendo sido demonstrado que as Recuperandas atuam de forma integrada e dentro de um mesmo grupo econômico.

Foram observados, também, que houve o cumprimento dos requisitos para a consolidação processual, nos termos do art. 69-J da Lei nº 11.101/2005, tendo em vista que restou constatada a interconexão e a confusão entre ativos e passivos dos devedores, inclusive conforme se verifica nos instrumentos de dívida e garantia juntados a estes autos, além da identidade de controle, dependência e atuação conjunta das devedoras, igualmente verificados em seus documentos institucionais e societários.

Verificou-se também que as requerentes possuem a sede e principal estabelecimento no mesmo local (Usina Araporã), sendo este juízo competente para processar o presente pedido de recuperação judicial.

Assim, pelo exposto, nos termos do art. 52 da Lei 11.101/2005, **DEFIRO** o processamento da recuperação judicial, mediante a consolidação substancial, das empresas ARAPORÃ BIOENERGIA S.A. (CNPJ nº 19.818.301/0001-55), ALVORADA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. (CNPJ nº 22.585.251/0001-18 e, filial, 22.585.251/0002-07), AGROPECUÁRIA ARAPORÃ LTDA. (CNPJ nº 01.930.985/0001-17 e, filial, CNPJ nº 01.930.985/0046-19); e ALVORADA ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS S/S LTDA. (CNPJ 03.951.771/0001-52) e **DETERMINO** a nomeação da **Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral, como administradora judicial (art. 52, I, e art. 64), representada pela OAB/MG 170449, com endereço na Alameda Oscar Niemeyer, 1033, conjunto 424, torre 4, Vila da Serra, Nova Lima-MG, ficando autorizada a intimação via e-mail institucional, ou pelos telefones (31) 2115-6166, (31) 99495-6551, para manifestar-se, apresentando sua proposta de honorários, no prazo de 10 (dez) dias, com posterior vista às partes para proceder ao pagamento, por igual prazo.**

Efetuada o pagamento, deve a administradora judicial informar ao juízo a situação da empresa em 10 dias, para fins do art. 22, II, “a” (primeira parte) e “c”, da Lei n. 11.101/05, fiscalizando a regularidade do processo e o cumprimento dos prazos, na forma da Lei n. 11.101/05, devendo ser apresentados os relatórios mensais a este juízo.

Ademais, nos termos do art. 52, II, da Lei 11.101/05, determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que os devedores exerçam suas atividades, ressalvado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal e no art. 69 da Lei 11.101/05.

Outrossim, deverão as recuperandas providenciarem a competente comunicação às Juntas Comerciais das respectivas sedes, na qual conste, além da alteração do nome com a expressão “em Recuperação Judicial”, a data do deferimento do processamento e os dados da administradora judicial nomeada, comprovando, nos autos, o encaminhamento da comunicação no prazo de 15 dias.

**À secretaria para que proceda a intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que as requerentes tiverem estabelecimento, a fim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante as requerentes, para divulgação aos demais interessados.**

**DECRETO**, nos termos do art. 52, III, da Lei 11.101/05, “**a suspensão de todas as ações ou execuções contra os devedores**”, na forma do art. 6º da LRF, devendo permanecer “os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º dessa Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 dessa mesma Lei”, **providenciando a devedora as comunicações competentes (art. 52, § 3º).**



**ACOLHO** o pedido das Recuperandas a fim de que **seja proibida a retirada de seus estabelecimentos de todos os bens necessários ao desenvolvimento de suas atividades (maquinário; cana-de-açúcar; soqueiras; açúcar; álcool; demais subprodutos, abrangendo todo e qualquer ativo deles derivado; e imóveis nos quais são desenvolvidas as atividades), nos termos do artigos 6º, §7º-A e 49, §3º da LRF, durante o período de suspensão (alínea d, item 67), bem assim que tal proibição conste expressamente no edital previsto no artigo 52, §1º da LRF**, posto que ao ser deferido o processamento da recuperação judicial, a Lei 11.101/05 determina imposição de sujeição *erga omnes* de adimplemento dos créditos a ela sujeitos nos termos da recuperação judicial e estabelece a jurisdição em âmbito nacional do Juízo do principal estabelecimento da devedora, nos termos do art. 3º da Lei 11.101/05. Além disso, não é autorizada a prática de atos de excussão de bens da recuperanda sem o crivo deste Juízo sobre a apreciação da questão atinente à essencialidade de bem eventualmente objeto de litígio entre a recuperanda e seu credor, consoante entendimento sedimentado do STJ.

**DETERMINO**, nos termos do art. 52, IV, da Lei 11.101/05, às Recuperandas a “apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores”, sendo que o primeiro demonstrativo mensal deverá ser protocolado como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverão ser juntados nos autos principais, sendo que os demonstrativos mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado.

O prazo para habilitações ou divergências aos créditos relacionados pelas Recuperandas é de **15 (quinze) dias** a contar da publicação do respectivo edital, nos termos do art. 7º, §1, da Lei 11.101/05. A lista de credores apresentadas pelas Recuperandas deverá ser entregue, no formato word, para a serventia, a qual deverá complementar com os termos desta decisão e, após o recolhimento do valor das despesas, seja realizada a publicação do edital no Diário Oficial Eletrônico. Deverão também as recuperandas providenciar a publicação do edital em jornal de grande circulação no prazo de 05 dias.

O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado no prazo de 60 dias, na forma do art. 53 da Lei 11.101/05, sob pena de convalidação da recuperação judicial em falência.

Em seguida, expeça-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei n. 11.101/05, com prazo de 30 dias para as objeções, devendo a recuperanda providenciar, no ato da apresentação do plano, a minuta do edital, inclusive em meio eletrônico, bem como o recolhimento das custas para publicação.

As impugnações (art. 8º) e/ou habilitações retardatárias deverão ser interpostas por dependência ao processo principal e não deverão ser juntados nos autos principais, nos termos do art. 8º, parágrafo único, da Lei 11.101/05.

Importante ressaltar que mesmo para os credores não sujeitos à recuperação judicial, prevê a parte final do parágrafo 3º do art. 49 da Lei 11.101/05 a impossibilidade de retirada de bens de capital e essenciais à atividade em processo de soerguimento que estejam em poder da recuperanda durante o período de suspensão das execuções.

Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.

